

**CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**CÂMARA TÉCNICA DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**ATA DA 48ª REUNIÃO**

**Data:** 12 e 13 de novembro de 2007.

**Local:** Ministério de Minas e Energia, Brasília/DF.

**REPRESENTANTES:**

- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: Margarete Campos Rebouças (margarete.reboucas@planejamento.gov.br)
- Ministério dos Transportes: Fred Crawford Prado (fred.crawford@transportes.gov.br)
- Ministério da Integração Nacional: Ausência
- Ministério do Meio Ambiente – SRHU: Luiz Augusto Bronzatto (luiz.bronzatto@mme.gov.br)
- Ministério das Cidades: João Carlos Machado (joaocarlos.machado@cidades.pmss.gov.br)
- Ministério das Minas e Energia: Eduardo Madeira - Conselheiro (madeira@mme.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Nelson Neto de Freitas (nelson.freitas@ana.gov.br)
- Conselhos Estaduais Rio de Janeiro / São Paulo: Ausência
- Conselhos Estaduais Espírito Santo / Minas Gerais: Ausência
- Conselhos Estaduais Bahia / Ceará: Ausência
- Concessionárias e Aut. de Geração Hidrelétrica: Regina Menrava Romanini (regina.romanini@cesp.com.br)
- Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto: Maria Arlete Rosa - Conselheira (arleterosa@sanepar.com.br)
- Indústrias: Patrícia Boson - Conselheira (tita@uaigiga.com.br)
- Organizações Não Governamentais: Elvira Rose Atuati (iap1@terra.com.br)
- Pescadores e Usuários de Água para o Lazer e Turismo: Wilson de Azevedo Filho (azevedo@hotmai.com)
- Comitês de Bacias Hidrográficas: José Maciel Nunes de Oliveira (macielpenedo@yahoo.com.br)
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa – ABRH: Sidnei Gusmão Agra (sgagra@terra.com)

**DEMAIS PRESENTES:**

- Alberto J. Palombo (BID\_EXPO2008) apalombo@infohydro.com
- Andrea Figueiredo (MME) andrea@mme.gov.br
- Breno Bergson Santos (CERH-SE/PI) brenobergson.santos@semarh.se.gov.br
- Byron Prestes Costa - Conselheiro (MJustiça) byron.costa@mj.gov.br
- Christian A. H. Govastki - MME (christian.govastki@mme.gov.br)
- Daniel Martinelli Duarte (SRHU/MMA) danielmduarte@uol.com.br
- Demetrios Christofidis (Conselheiro) - MEC (dchristofidis@gmail.com)
- Donizete Tokarski (Consórcios) donizete@ecodata.org.br
- Ednaldo Mesquita de Carvalho - SRHU/MMA (ednaldo.mesquita@mme.gov.br)
- Eneida Mara Moraes Zanella - Cetesb (eneidaz@cetesbnet.sp.gov.br)
- Francisco Carlos Castro Lahóz - Consórcio PCJ/Agência PCJ (francisco@agua.org.br)
- Gilberto Valente Canali (ABRH) gvcnali@uol.com.br
- Gustavo dos Santos Goretti - MIntegração (gustavogoretti@uol.com.br)
- João Bosco Senra (Conselheiro - SRHU/MMA) – joao\_senra@mme.gov.br

- 51 • João Clímaco Filho (Conselheiro – ONGs) climaco@uai.com.br
- 52 • Joaquim Gondim (ANA) joaquim@ana.gov.br
- 53 • José Luiz Ribeiro Reis (MIntegração) jose.reis@integracao.gov.br
- 54 • José Silvério da Silva (Conselheiro – MAPA) jose.silverio@agricultura.gov.br
- 55 • Júlio César Rocha Mota - Embasa (julio.mota@embasa.ba.gov.br
- 56 • Luísa Ramos Caetano - Elabore Consultoria Ambiental (luisa.caetano@elabore.com.br
- 57 • Luiz Eduardo de Souza Leão - Cetesb (luizl@cetesbnet.sp.gov.br
- 58 • Luiz Novais de Almeida (MAPA) luizalmeida@agricultura.gov.br
- 59 • Marco Antonio Ramos Caminha (Indústria) mcaminha@fiesp.org.br
- 60 • Marco J. M. Neves (SRHU/MMA) marco.neves@mma.gov.br
- 61 • Marcus Vinícius Lopes da Silva (Comitês) cbhmogi@terra.com.br
- 62 • Maria Cristina Yuan (Conselheira) - IBS (crisyuan@ibs.org.br
- 63 • Maria Luíza Werneck (Indústrias) mwerneck@cni.org.br
- 64 • Marina Scalón (MME) marina.scalon@mme.gov.br
- 65 • Márley Caetano de Mendonça - Conselheiro (SRHU/MMA) marley.mendonca@mma.gov.br
- 66 • Martha R. Von Borstel Sugai (COPEL) martha.sugai@copel.com
- 67 • Maurício Abijaodi Lopes de Vasconcellos (ANA) mauricio.lopes@ana.gov.br
- 68 • Maurício Andrés Ribeiro - ANA (mauricio.andres@ana.gov.br
- 69 • Maurício Santos Pompeu (SRHU/MMA) mauricio.pompeu@mma.gov.br
- 70 • Neusa Maria Marcondes Vieira de Assis (CERH-RJ/SP) neusaassis@sp.gov.br
- 71 • Ninon Machado de Faria Leme Franco - Conselheira (ONG) ninon@institutoipanema.net
- 72 • Percy Soares Neto (SRHU/MMA) percy.neto@mma.gov.br
- 73 • Rachel Landgraf de Siqueira - SRHU/MMA (rachel.siqueira@mma.gov.br
- 74 • Rafael Egashira (SRHU/MMA) rafael.egashira@mma.gov.br
- 75 • Raquel Scalia A. Ferreira - SRHU/MMA (raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br
- 76 • Rodrigo Flexa - ANA (rodrigof@ana.gov.br
- 77 • Rodrigo Fraga Massad (MCidades) rodrigo.massad@idades.gov.br
- 78 • Rogério Teixeira da Silva - Esalq-USP (rtsilva@esalq.usp.br
- 79 • Roseli dos Santos Souza (SRHU/MMA) roseli.souza@mma.gov.br
- 80 • Sérgio Razera- Consórcio PCJ/Agência PCJ (sergio@agua.org.br
- 81 • Simone de Souza Campos (CERH-RJ/SP) simone.campos@srh.ba.gov.br
- 82 • Simone Vendruscolo (SRHU/MMA) simone.vendruscolo@mma.gov.br
- 83 • Sonáli Cavalcanti Oliveira (Chesf) sonali@chesf.gov.br
- 84 • Thais Chueiri - Patri Políticas Públicas (thais.chueiri@patri.com.br
- 85 • Tiago Machado Carneiro (SRHU/MMA) tiago2508@yahoo.com.br
- 86 • Wilde Cardoso Gontijo Jr. - ANA (wilde@ana.gov.br
- 87 • Wilson A. Bonança (Faesp) wbonanca@srjundiai.com.br
- 88 • Wilson de Azevedo Filho (Pescadores e Usuários p/ Lazer e Turismo) azefilho@hotmail.com

89 •

#### 90 **RELATORIA:**

- 91 ▪ Fabiano Chaves da Silva - SRHU/MMA (fabiano.silva@mma.gov.br)
- 92 ▪ Marco Antônio Amorim - SRHU/MMA (marco.amorim@mma.gov.br)

93

#### 94 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

95

96 Ao 12º dia de novembro do ano de dois mil e sete, com início às 9 horas e quarenta cinco  
 97 minutos, a Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH do Conselho  
 98 Nacional de Recursos Hídricos – CNRH realizou sua quadragésima oitava reunião convocada há  
 99 18 dias e tendo como relator o senhor **Fabiano Chaves da Silva (SRHU/MMA)**. Item 1 -  
 100 Abertura. O Sr. **Sidnei Agra (OTEP)**, Presidente da CTPNRH, declarou aberta a reunião

101 conjunta da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH e Câmara  
102 Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Gualter  
103 de Carvalho, Conselheiro do CNRH, representante do Ministério de Minas e Energia - MME. O  
104 Sr. **Gualter de Carvalho** disse que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos realiza um  
105 grande trabalho ao harmonizar os interesses e conflitos dos diversos segmentos da sociedade  
106 brasileira. Comentou que o MME tinha imensa satisfação em receber as duas Câmaras Técnicas  
107 do CNRH e desejou uma boa reunião. O Sr. **João Bosco Senra (SRHU/MMA)** mencionou que a  
108 presente reunião é mais uma etapa de um longo processo de discussão com diversos atores, e  
109 esperava que os Programas de I a VII do PNRH possam ser consolidados e encaminhados para  
110 deliberação pelo CNRH em dezembro. Em seguida, o Sr. **Sidnei Agra (OTEP)** solicitou que os  
111 presentes se apresentassem. Logo depois, informou que de acordo com a pauta as duas Câmaras  
112 Técnicas teriam os trabalhos ordenados de forma conjunta durante a manhã do dia 12 e na tarde  
113 do dia 13. Passou, então, ao [Item 2 – Apresentação do processo de detalhamento do PNRH pelo](#)  
114 [GTCE](#). Inicialmente, o Sr. **Luiz Bronzatto (SRHU/MMA)** apresentou (ANEXO 1) um breve  
115 relato sobre o processo de detalhamento dos Programas de I a VII do PNRH (ANEXO 2) e do  
116 pacto estabelecido na última reunião da CTPNRH que remete a uma proposta de discussão  
117 conjunta com a CTIL na presente reunião. Destacou a estrutura dos programas do PNRH e suas  
118 metas. Citou as reuniões ocorridas para discussão dos programas e subprogramas. Além disso,  
119 apresentou detalhes da sistemática para apresentação das contribuições advindas das reuniões e  
120 contribuições por meio de correio eletrônico (ANEXO 3). Mencionou que essas contribuições  
121 deverão ser matéria de discussão na presente reunião e representavam uma compilação de  
122 extratos provenientes das sugestões encaminhadas para auxiliar a discussão dentro da reunião  
123 conjunta. Informou que os programas estabelecidos e aprovados relativos ao Componente de  
124 Programas Regionais de Recursos Hídricos e o Programa relativo a águas subterrâneas deverão  
125 ser detalhados até o final de 2008. O Sr. **Donizete Tokarski (Consórcios)** sugeriu a criação de  
126 um programa para região do cerrado, a qual é responsável por 94 % da vazão do Rio São  
127 Francisco, 78 % da vazão da Bacia do Tocantins-Araguaia e 71 % da vazão da Bacia do Paraná-  
128 Paraguai. Ou seja, uma região importante para proteção das nascentes dos principais rios do  
129 Brasil. Encerrada a apresentação, o Sr. **Sidnei Agra (OTEP)** agradeceu ao Sr. Luiz Bronzatto e  
130 passou a tratar o [Item 3 - Discussão preliminar do "Detalhamento dos Programas e](#)  
131 [Subprogramas do PNRH"](#): quando sugeriu que a discussão fosse iniciada pelo Programa II –  
132 Desenvolvimento Institucional da Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Brasil e seus  
133 respectivos subprogramas. Dentre as principais discussões ocorridas e relacionadas com o  
134 **Subprograma II.1** podemos citar o questionamento da necessidade da criação e  
135 institucionalização de novas instâncias de articulação no âmbito do Sistema Nacional de  
136 Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH. O Sr. **Fred Crawford (Min. Transportes)**  
137 disse que os diversos programas e subprogramas precisam ser sistematizados considerando a  
138 bacia hidrográfica como unidade de planejamento. Após outras considerações foi proposto a  
139 *criação e institucionalização de mecanismos de articulação alternativos quando necessários,*  
140 *preferencialmente de caráter temporário e consultivo.* Em relação ao item Descrição e Ações  
141 previstas foi solicitado a retirada da proposição de fomento à criação de um “Programa  
142 Municipal de Recursos Hídrico”. A proposta foi acatada, porém a Sra. **Patrícia Boson**  
143 **(Indústria)**, dentre outros, destacou a necessidade de criar mecanismos de inserção, adesão e  
144 comprometimento dos municípios na gestão dos recursos hídricos. O Sr. **Gilberto Canali**  
145 **(OTEP)** lembrou que a questão é relevante e carece de regulamentação do dispositivo  
146 constitucional de que trata competência comum dos entes federativos em relação ao meio  
147 ambiente. Passou-se, então, a discussão do **Subprograma II.2**. Foram apresentadas sugestões de

148 modificações e questionamentos sobre os itens: Conceitos e Diretrizes, Indicadores e Metas e  
149 Fontes de Recursos. Destaca-se o acréscimo das seguintes diretrizes: *Considerar os comitês de*  
150 *bacia nos processos decisórios que afetem disponibilidade quali-quantitativa dos recursos*  
151 *hídricos da respectiva bacia hidrográfica; Avançar na consolidação dos comitês de bacia*  
152 *hidrográfica, fortalecendo seu papel na articulação das diversas políticas no âmbito da*  
153 *respectiva bacia hidrográfica.* A Sra. **Arlete Rosa (Prestadoras)** lembrou a necessidade de uma  
154 gestão efetiva para criar mecanismos de integração de políticas de diferentes áreas (saneamento,  
155 habitação, resíduos sólidos, etc) com a questão do abastecimento humano. O Sr. **João Carlos**  
156 **Machado (Min. das Cidades)** indagou qual seria o envolvimento concreto da política de  
157 recursos hídricos com as demais políticas públicas. Disse que a Lei de Saneamento sugere  
158 considerar a bacia hidrográfica e plano de saneamento deve incorporar todo o ambiente  
159 territorial do município. Entretanto, é preciso estabelecer demandas para a gestão municipal em  
160 colaboração com os comitês para a gestão local dos recursos hídricos. Em seguida, foram  
161 apresentadas sugestões aos itens Objetivo Geral e Específicos e Descrição e Ações Previstas do  
162 **Subprograma II.3.** A Sra. **Martha Sugai (COPEL)** perguntou se os aspectos relacionados com  
163 cobrança descrito nas ações previstas foram discutidos no âmbito da Câmara Técnica de  
164 Cobrança Pelo Uso dos Recursos Hídricos - CTCOB. O Sr. **Luiz Bronzatto (SRHU/MMA)**  
165 informou que a CTCOB não realizou uma reunião específica para análise dos documentos,  
166 somente durante o Seminário de Detalhamento realizado no início do ano de 2007, mas grande  
167 parte dos atores que atuam na CTCOB foram consultados por meio de entrevistas semi-  
168 estruturadas. Assim, considerando esse conjunto de informações foi sugerido a avaliação da  
169 necessidade de elaboração de projetos de normativos visando a regulamentação de alguns  
170 normativos legais que propiciem a integração da cobrança com os outros instrumentos da  
171 Política Nacional de Recursos Hídricos. Em seguida, proposta pausa para almoço, às 13h30.  
172 Nesse momento, o Sr. **Sidnei Agra (OTEP)** declarou suspensa a reunião conjunta CTPNRH –  
173 CTIL e informou que os membros das duas Câmaras Técnicas voltariam a se reunir  
174 conjuntamente no período da tarde do dia seguinte. O retorno ocorreu às 15h, com o debate  
175 **Subprograma II.3** por parte dos membros da CTPNRH. A Sra. **Martha Sugai (COPEL)**  
176 solicitou atenção na diferenciação de recursos financeiros provenientes pelo uso dos recursos  
177 hídricos e da compensação financeira, quando se discute a orientação para aplicação desses  
178 recursos. Disse, ainda, que os recursos dos *royalties* devidos por Itaipu Binacional ao Brasil são  
179 resultados de um tratado internacional e que dificilmente poderiam sofrer influência das ações  
180 previstas pelo PNRH. Lembrou de uma preocupação maior que seria de não contingenciamento  
181 dos recursos destinados para a gestão dos recursos hídricos. A Sra. **Ninon Machado (ONGs)**  
182 ressaltou a importância de um maior controle social e transparência sobre os recursos da  
183 compensação financeira e solicitou que fosse registrado que a questão do contingenciamento dos  
184 recursos financeiros decorrentes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e da compensação  
185 financeira foi matéria da XII Reunião Extraordinária em outubro de 2003, na qual foi aprovada a  
186 Moção CNRH nº 23 que recomenda a adoção de medidas que visem ao descontingenciamento  
187 dos recursos do CT-Hidro. O Sr. **Fred Crawford (Min. Transportes)** destacou a questão da  
188 avaliação jurídica das implicações do art. 52 da Lei 9.433/97. A Sra. **Martha Sugai (COPEL)**  
189 disse que foi criado um Grupo de Trabalho no âmbito da CTIL com o objetivo de discutir a  
190 aplicação das diretrizes do PNRH aos empreendimentos hidrelétricos, tendo em vista os art. 52 e  
191 12, § 2º, da Lei nº 9.433, de 1997, denominado GT - Aplicação das Diretrizes do PNRH aos  
192 Empreendimentos Hidrelétricos. E que esse mesmo GT deverá em breve apresentar o seu  
193 relatório final para a CTIL. A Sra. **Ninon Machado (ONGs)** declarou que o objetivo é construir  
194 de forma clara um marco regulatório para o setor elétrico em consonância com o PNRH . Após

os debates foram realizadas alterações no subitem - Ações elegíveis no curto prazo do PNRH (até 2011). O Sr. **Sidnei Agra (OTEP)** sugeriu o processo de discussão da implementação dos artigos 52 e 12, § 2º, da Lei nº 9.433/97 fosse definido como tema a ser aprofundado pela CTPNRH, em 2008, considerando os resultados do GT - Aplicação das Diretrizes do PNRH aos Empreendimentos Hidrelétricos da CTIL. Os membros da CTPNRH decidiram pela aprovação do encaminhamento. Então, passou-se ao **Subprograma II.4**. A Sra. **Ninon Machado (ONGs)** mencionou a necessidade de contemplar nesse subprograma as fontes de recursos alternativos de diversos tomadores de decisão, por exemplo, a Indústria, que já investe na gestão dos recursos. Disse que falta ao PNRH uma visão nacional que reflita o pacto estabelecido com os diversos atores da sociedade. O Sr. **Luiz Bronzatto (SRHU/MMA)** explicou os objetivos do subprograma e as ações previstas. A Sra. **Patrícia Boson (Indústria)** destacou que o principal objetivo desse subprograma deveria ser a otimização do recurso financeiro para garantir a sustentabilidade da gestão dos recursos hídricos. Disse que era preciso rever a questão da entrega de recursos pelo uso da água a fundo perdido, o que gera um grande risco de insustentabilidade do sistema. A Sra. **Martha Sugai (COPEL)** disse que os recursos da cobrança devem ser reconhecidos como um agente catalizador, pois o mesmo não é capaz de resolver os problemas da bacia hidrográfica. Deve ser considerado os recursos dos diversos setores da sociedade que estejam presentes na bacia. Solicitou que o conceito de sustentabilidade financeira fosse apresentado de forma clara. O Sr. **Fred Crawford (Min. Transporte)** mencionou que o rateio das obras de uso múltiplo de interesse comum ou coletivo e a compensação a municípios não poderiam ser considerados como fontes de arrecadação. Sugeriu que fosse incluído, como possível fonte de recurso, a criação de mecanismos de isenção relacionados a manutenção de áreas de preservação permanente por meio da área de reserva legal da propriedade rural. A Sra. **Arlete Rosa (Prestadoras)** sugeriu o esclarecimento sobre a proposta de estruturação de linhas de crédito. O Sr. **Luiz Bronzatto (SRHU/MMA)** disse que todas as sugestões encaminhadas serão acatadas pelo Grupo Técnico de Coordenação e Elaboração do PNRH – GTCE. O Sr. **João Bosco (SRHU/MMA)** comentou que o quadro que descreve as metas e indicadores do Subprograma II.4 identifica de forma mais clara as ações a serem desenvolvidas para atingir os objetivos do programa. A Sra. **Patrícia Boson (Indústria)** sugeriu que fosse revista a metodologia da presente reunião para análise das sugestões encaminhadas, tendo em vista a pouca produtividade da discussão. Mencionou que Matriz de Detalhamento dos Programas e Subprogramas é um dos produtos mais interessantes do trabalho e sugeriu que a mesma fosse encaminhada para todas as Câmaras Técnicas para uma avaliação de suas respectivas participações no processo de implementação do PNRH. Asseverou que a agenda de trabalho das Câmaras Técnicas, bem como do CNRH, em 2008, deverá conter necessariamente o processo de implementação do PNRH. Ressaltou que poucos segmentos encaminharam sugestões e destacou a ausência dos órgãos gestores e conselhos estaduais. O Sr. **João Bosco (SRHU/MMA)** sugeriu que os representantes dos segmentos que apresentaram propostas de modificação e outros questionamentos discutam, na presente reunião, com os representantes do GTCE os pontos de consenso e dissenso. E no dia seguinte (13/11) seja apresentada o resultado dessa discussão aos outros membros da CTPNRH. A Sra. **Andrea Figueiredo (MME)** informou que as sugestões, comentadas pela Sra. Martha Sugai, foram encaminhadas de forma conjunta pelo Ministério de Minas e Energia - MME, Associação Brasileira de Geradores de Energia Elétrica - ABRAGE e Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. O Sr. **Luiz Bronzatto (SRHU/MMA)** mencionou que o GTCE realizou uma análise das sugestões encaminhadas e definiu quais sugestões seriam acatadas e as respectivas justificativas. Propôs que essa análise seja apresentada aos membros da CTPNRH e disse que, no seu entendimento, os dissensos, caso não sejam

242 diremidos na presente reunião, poderiam ser matéria de discussão por parte da CTPNRH nas  
243 próximas reuniões. A Sra **Martha Sugai (COPEL)** perguntou qual seria o papel das Câmaras  
244 Técnicas caso o CNRH aprovasse o detalhamento dos Programas. O Sr. **Luiz Bronzatto**  
245 **(SRHU/MMA)** informou que as Câmaras Técnicas têm o papel de acompanhar a implementação  
246 dos resultados dos programas. E, ainda, caso existam questões não acordadas no presente  
247 processo de análise dos programas e subprogramas, sua sugestão seria retirá-las da proposta de  
248 detalhamento e encaminhá-las como matéria prioritária da CTPNRH no primeiro semestre de  
249 2008. O Sr. **João Bosco (SRHU/MMA)** lembrou que os produtos do Sistema de Gerenciamento  
250 Orientado para os Resultados do PNRH - SIGEOR deverá apresentar, em 2008, uma avaliação  
251 da necessidade de revisão das ações programáticas do PNRH, e ao relatório SIGEOR poderão ser  
252 incorporados os encaminhamentos propostos pela CTPNRH em relação as questões não  
253 consensadas. Após outras considerações, a sugestão de encaminhamento feita pelo Sr. Luiz  
254 Bronzatto foi referendada pelos membros da CTPNRH. Em seguida, o Sr. **Luiz Bronzatto**  
255 **(SRHU/MMA)** citou as sugestões encaminhadas e que foram ou não acatadas de acordo com a  
256 análise realizada pelo GTCE. Em seguida, foi finalizado o primeiro dia da reunião, às 18h30. O  
257 retorno ocorreu no dia seguinte às 8h. O Sr. **Sidnei Agra (OTEP)** sugeriu que, tendo em vista o  
258 acúmulo da discussão com detalhamento do programas do PNRH, a análise e aprovação da ata  
259 da 47ª Reunião da CTPNRH fosse adiada para a próxima reunião. Logo depois, foi dado início a  
260 discussão do **Programa I** e seus Subprogramas, onde foram analisadas as sugestões  
261 encaminhadas pelo representante do Ministério dos Transportes no item Descrição e Ações  
262 Previstas do **Subprograma I.1**. Imediatamente, passou-se ao **Subprograma I.2**. Em relação a  
263 esse subprograma, foram apresentadas sugestões do segmento Indústria e do Ministério do  
264 Transportes. Foram, ainda, apresentadas correções ao **Subprograma I.4**. Todas as propostas  
265 apresentadas foram acordadas e formatadas na nova redação do Programa I. O Sr. **Marco Neves**  
266 **(SRHU/MMA)** apresentou um breve histórico da elaboração do Subprograma I.3 e ressaltou que  
267 durante o IX Encontro Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica, em Foz do Iguaçu-PR foi  
268 realizado uma reunião com alguns atores envolvidos com a gestão de recursos hídricos  
269 transfronteiriços, inclusive alguns membros da Câmara Técnica de Gestão dos Recursos Hídricos  
270 Transfronteiriços – CTGRHT. A Sra. **Ninon Machado (ONGs)** mencionou que, em relação ao  
271 Subprograma I.3, na Matriz de Detalhamento não se encontra refletido o espírito da gestão  
272 compartilhada contido da Lei 9.433/97. Lembrou que o Itamaraty recomenda e solicita sempre  
273 consulta à sociedade civil na discussão de acordos e tratados internacionais. Portanto, solicitou a  
274 inclusão da sociedade civil como atores na interlocução necessária do Subprograma I.3.  
275 Informou que iria passar o seu exemplar impresso do subprograma I.4 com suas observações  
276 manuscritas referentes a modificações de redação e formato sem interferir no mérito. O Sr. **Fred**  
277 **Crawford (Min. Transportes)** sugeriu que a análise do subprograma I.3 fosse realizada na parte  
278 da tarde para que os membros da CTPNRH pudessem ler o referido subprograma de forma  
279 apropriada. Então, foi iniciada a análise do **Programa III** e seus subprogramas. O Sr. **Luiz**  
280 **Bronzatto (SRHU/MMA)** informou que o GTCE reuniu-se separadamente com os  
281 representantes da Indústria e foram dirimidas as dúvidas e acordadas as modificações propostas  
282 por esse segmento para o Programa III e seus subprogramas. Foram apresentadas outras  
283 considerações em relação ao Programa III, sendo que após os debates foram realizadas  
284 modificações na redação dos subprogramas de forma a contemplar as contribuições dos  
285 membros da CTPNRH. Nesse momento, foi iniciada a discussão do **Programa VI**. Inicialmente,  
286 foram feitos os esclarecimentos e modificações pertinentes ao **Subprograma VI.1**.  
287 Posteriormente, iniciou-se a discussão do **Subprograma VI.2**, quando foram apresentadas  
288 propostas de modificações nos itens Introdução, Contexto e Justificativas e Metas. Considerando

289 as sugestões apresentadas, o Sr. **Luiz Bronzatto (SRHU/MMA)** informou que a Introdução do  
290 referido programa iria remeter, em sua nova redação, ao subprograma VI.6 quando se tratar de  
291 reservatórios para geração de energia elétrica. O Sr. **Joaquim Gondim (ANA)** sugeriu  
292 acrescentar na meta 1 do subprograma a interface com as ações estabelecidas no subprograma  
293 VI.6. Em relação ao item Conceitos e Diretrizes, o Sr. **Fred Crawford (Min. Transportes)**  
294 disse que o planejamento do SINGREH é por bacia hidrográfica, e não um recorte geopolítico.  
295 As demandas de consumo podem ter recorte geopolítico, mas a oferta não. O Sr. **Luiz Bronzatto**  
296 **(SRHU/MMA)** explicou que a gestão de recursos hídricos em uma região de escassez, como o  
297 semi-árido, torna-se necessário a adução de água de outras regiões por meio de canais, e, muitas  
298 vezes, requer extrapolar a lógica da gestão dos recursos hídricos por bacia hidrográfica. Após os  
299 debates, as diretrizes do subprograma VI.2 foram revistas de forma a inserir a escala estadual ou  
300 regional no processo de implementação do subprograma, sempre considerando a bacia  
301 hidrográfica como unidade básica. Logo depois, foram iniciadas as discussões e análise do  
302 **Subprograma VI.3**. O Sr. **Fred Crawford (Min. Transportes)** destacou que esse subprograma  
303 não pode deixar de ter como objetivo específico a implantação a curto prazo, do planejamento  
304 integrado, holístico, multiuso, racional e por bacia hidrográfica. O Sr. **Joaquim Gondim (ANA)**  
305 sugeriu inserir a proposta do Sr. Fred Crawford no item Conceitos e Diretrizes com a remissão  
306 aos subprograma do programa V. O Sr. **Fred Crawford (Min. Transportes)** disse que, no caso  
307 da hidroeletricidade e da navegação, os inventários das bacias hidrográficas deveriam ser  
308 levantados em conjunto. A Sra. **Martha Sugai (COPEL)** ressaltou que a Lei 9.433/97 cita a  
309 articulação e integração dos planejamentos setoriais como diretriz. A Sra. **Regina Romanini**  
310 **(Concessionárias)** lembrou que o adequado seria a compatibilização dos planos setoriais com as  
311 políticas públicas de Governo. O Sr. **Percy Soares (SRHU/MMA)** mencionou que existe uma  
312 discussão maior relacionada com a articulação dos planejamentos setorial e recursos hídricos. De  
313 acordo com os debates, foi proposto como item da pauta da CTPNRH em 2008 uma ampla  
314 discussão sobre o planejamento setorial. Em seguida, prosseguiu a análise do Programa VI com  
315 análise das sugestões apresentadas ao **Subprograma VI.4**. Logo depois, foram vistas as  
316 sugestões ao **Subprograma VI.5**. O Sr. **Luiz Bronzatto (SRHU/MMA)** comentou que o GTCE  
317 durante o processo de elaboração do subprograma realizou reuniões com representantes do  
318 Ministério da Agricultura para aprimoramento do seu conteúdo, tendo sido apresentadas  
319 modificações no texto. Informou, ainda, que o Ministério dos Transportes também apresentou  
320 propostas de alterações. Nesse momento, os membros da CTPNRH realizaram leitura do  
321 Subprograma VI.5 com as alterações. O Sr. **Sidnei Agra (OTEP)** sugeriu que o GTCE,  
322 conjuntamente com representantes do Ministério dos Transportes e do Ministério da Agricultura,  
323 realizassem a adequação das modificações propostas e, por conseguinte, a versão final do  
324 subprograma. Os membros presentes da CTPNRH concordaram com o encaminhamento. Em  
325 seguida, proposta pausa para almoço, às 12h30. O retorno ocorreu às 13h10, nesse momento  
326 passou-se ao **Subprograma VI.5**. A Sra. **Martha Sugai (COPEL)** e a Sra. **Regina Romanini**  
327 **(Concessionárias)** apresentaram as propostas de modificações encaminhadas pelo MME,  
328 ABRAGE e ONS. Após discussões e encaminhamentos de propostas de modificações no texto,  
329 foi acordada uma nova redação do subprograma. Seguiu-se a análise do **Programa IV** e seus  
330 subprogramas. As sugestões apresentadas ao **Subprogramas IV.1, IV.2 e IV.3** foram  
331 apresentadas e acatadas pelo GTCE. A Sra. **Rose Atuati (ONGs)** apresentou documento  
332 **(ANEXO 4)** com os resultados de reunião das organizações civis no IX Encontro Nacional de  
333 Comitês de Bacia Hidrográfica, realizado em Foz do Iguaçu, de 23 a 27/11/2007. De maneira  
334 geral, propôs que fossem criados mecanismos de incentivo da participação de entidades da  
335 sociedade civil como executores dos programas do PNRH, notadamente no subprograma IV.2.



336 Em relação ao **Subprograma IV.4**, o Sr. **Luiz Bronzatto (SRHU/MMA)** disse que para  
337 consolidação desse subprograma foram analisadas sugestões apresentadas no âmbito da Câmara  
338 Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos –  
339 CTEM. Sendo que o texto apresentado contem o conjunto das contribuições. Após a análise do  
340 Programa IV e seus respectivos subprogramas, passou-se ao conjunto dos subprogramas do  
341 **Programa V**. Ao **Subprograma V.1** foram apresentadas proposta de modificações ao texto dos  
342 itens Introdução, Contexto e Justificativas, Conceitos e Diretrizes, Descrição e Ações Previstas.  
343 O Sr. **Fred Crawford (Min. Transportes)** lembrou que o planejamento integrado deve  
344 considerar o interesse das futuras gerações dentro de um conceito de sustentabilidade. Neste  
345 momento, os membros da CTPNRH retornaram a discussão do **Subprograma I.3**. Após debates  
346 sobre alguns conceitos e definições contidos no documento, foi proposta uma revisão da sua  
347 redação. O Sr. **Luiz Bronzatto (SRHU/MMA)** informou que o GTCE deveria realizar um ajuste  
348 nos custos estimados para as ações previstas do Subprograma I.3. Finalizada a discussão do item  
349 de pauta, o Sr. **Sidnei Agra (OTEP)**, Presidente da CTPNRH, fez um breve resumo dos  
350 encaminhamentos e resultados da presente reunião: 1 – Programas e Subprogramas: As  
351 contribuições encaminhadas ao GTCE foram discutidas e incorporadas, ou não, ao conteúdo dos  
352 Programas do PNRH a ser enviado ao CNRH; outras contribuições colocadas durante a 47ª  
353 Reunião da CTPNRH também foram avaliadas; o documento contendo os Programas I a VII e  
354 seus respectivos subprogramas deverão passar por um processo de reformulação, para posterior  
355 envio ao CNRH considerando as discussões e encaminhamentos da presente reunião; após a  
356 manifestação do CNRH, caso aprovado, o documento passará por uma revisão geral quanto a  
357 forma e apresentação. 2 – Matriz de Detalhamento: A Matriz, no presente momento, não será  
358 encaminhada ao CNRH e deverá ser objeto de discussão na CTPNRH, em 2008, para revisão e  
359 proposta de articulação com as outras Câmaras Técnicas do CNRH e para o aprimoramento do  
360 processo de implementação dos Programas do PNRH. 3 – Foi definido que a implementação dos  
361 artigos 52 e 12, § 2º, da Lei nº 9.433/97, considerando os resultados do GT - Aplicação das  
362 Diretrizes do PNRH aos Empreendimentos Hidrelétricos da CTIL, bem como, a questão do  
363 Planejamento Setorial e sua articulação com os recursos hídricos deverão ser aprofundados pela  
364 CTPNRH, em 2008. Em seguida, foi reiniciada a reunião conjunta da CTPNRH e CTIL. O Sr  
365 **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** iniciou a [pauta](#) da reunião conjunta das  
366 Câmaras. [Item 5 – Elaboração da proposta de resolução sobre o “Detalhamento dos Programas e](#)  
367 [Subprogramas do PNRH”](#). Com a palavra, o Sr. **Sidnei Agra (OTEP)**, Presidente da CTPNRH,  
368 relatou que a CTPNRH havia continuado a análise do detalhamento dos programas do PNRH,  
369 tendo sido discutidos todos os Programas de I a VII. Disse que o GTCE compilaria todas as  
370 alterações acordadas ao longo da 48ª Reunião da CTPNRH e que, no caso dos temas onde não  
371 foi obtido consenso, a orientação da CTPNRH foi de que o GTCE adotasse uma redação com  
372 abordagem generalista para que a CTPNRH aprofundasse a discussão em 2008. Este foi o caso  
373 do Programa V (de Articulação Intersetorial, Inter e Intra-institucional da Gestão de Recursos  
374 Hídricos) no que se refere ao inventário do setor elétrico, ao conflito com a navegação e à  
375 implementação do art. 52 da Lei nº 9.433/97. Continuou dizendo que o parecer da CTPNRH foi  
376 favorável a aprovação do detalhamento operacional dos Programas e Subprogramas do PNRH de  
377 I à VII com as alterações acordadas ao longo da 48ª Reunião da CTPNRH. Informou que a  
378 Matriz do Detalhamento não será encaminhada ao CNRH e deverá ser objeto de discussão na  
379 CTPNRH no 1º semestre de 2008 para, após consulta as outras câmaras técnicas do CNRH,  
380 reelaborar as suas duas últimas colunas: i) conteúdo relevante para o CNRH, e ii) temas em  
381 debates nas câmaras técnicas, de forma que o PNRH possa pautar o CNRH. Dado o parecer  
382 favorável da CTPNRH, o Sr. **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** leu proposta de



383 resolução (**Anexo 5**) redigida pela Secretaria Executiva do CNRH aprovando o detalhamento  
384 operativo dos programas de I à VII do PNRH e estabelecendo o prazo de 31 de dezembro de  
385 2008 para aprovação dos Programas de VIII à XIII. Após modificações pertinentes à CTIL, a  
386 proposta de resolução ficou conforme **Anexo 6** e, por unanimidade, foi solicitado seu  
387 encaminhamento para deliberação superior do Plenário do CNRH, com o parecer favorável desta  
388 CTIL. Embora o **Sr. Sidnei Agra**, Presidente da CTPNRH, tenha explicado que a  
389 implementação do Programa V do PNRH é que dará comando as articulações intersetorial, inter  
390 e intra-institucional da gestão de recursos Hídricos, registra-se o posicionamento contrário do **Sr.**  
391 **João Clímaco** que apontou que a sua demanda de modificar o *modus operandi* da CTPNRH para  
392 considerar os planos de bacia no detalhamento do PNRH não foi atendida e não atenderam aos  
393 anseios da sociedade civil. O **Sr. João Bosco Senra**, Diretor do Departamento de Recursos  
394 Hídricos da SRHU/MMA, agradeceu o esforço de todos e também as críticas construtivas para o  
395 aperfeiçoamento do PNRH. Disse que o detalhamento dará concretude ao PNRH, possibilitará a  
396 introdução de novos atores à gestão dos recursos hídricos e possibilitará angariar novos recursos  
397 financeiros para o setor. No entanto, lembrou que o trabalho não estava encerrado pois, além do  
398 detalhamento dos programas de VIII à XIII, ainda é necessário implementar o PNRH. Por sua  
399 vez, o **Sr. Sidnei Agra**, Presidente da CTPNRH, agradeceu ao GTCE, por promover ampla  
400 discussão do PNRH com a sociedade e o governo, e agradeceu também aos membros da  
401 CTPNRH, que se debruçaram intensamente sobre o detalhamento do PNRH. Por fim, também  
402 apontou que o trabalho só estava começando sendo necessário a implementação do PNRH, com  
403 reflexo na pauta do CNRH e na gestão dos recursos hídricos do País. Não havendo mais nada a  
404 ser tratado, às 17h50 do dia 13 de novembro de 2007, o **Sr. Márley Caetano de Mendonça**  
405 (SRHU/MMA) e o **Sr. Sidnei Agra (OTEP)** agradeceram o apoio logístico do MME,  
406 principalmente dos Conselheiros Gualter Mendes e Eduardo Madeira, e declararam encerrada a  
407 sessão conjunta e os trabalhos da 98ª reunião da CTIL e da 48ª reunião da CTPNRH.

408

409

410

411 Ata aprovada durante a 49ª reunião da CTPNRH, realizada nos dias 7 e 8 de abril de 2008.

412

413

414

415

#### 416 RESUMO DAS DECISÕES E RECOMENDAÇÕES DA 48ª REUNIÃO DA CTPNRH

417 1 – Programas e Subprogramas: As contribuições encaminhadas ao GTCE foram discutidas e  
418 incorporadas, ou não, ao conteúdo dos Programas do PNRH a ser enviado ao CNRH; outras  
419 contribuições colocadas durante a 47ª Reunião da CTPNRH também foram avaliadas; o  
420 documento contendo os Programas I a VII e seus respectivos subprogramas deverão passar por  
421 um processo de reformulação, para posterior envio ao CNRH considerando as discussões e  
422 encaminhamentos da presente reunião; após a manifestação do CNRH, caso aprovado, o  
423 documento passará por uma revisão geral quanto a forma e apresentação.

424

425 2 – Matriz de Detalhamento: A Matriz, no presente momento, não será encaminhada ao CNRH e  
426 deverá ser objeto de discussão na CTPNRH, em 2008, para revisão e proposta de articulação  
427 com as outras Câmaras Técnicas do CNRH e para o aprimoramento do processo de  
428 implementação dos Programas do PNRH.

429

430 3 – Foi definido que a implementação dos artigos 52 e 12, § 2º, da Lei nº 9.433/97, considerando  
431 os resultados do GT - Aplicação das Diretrizes do PNRH aos Empreendimentos Hidrelétricos da  
432 CTIL, bem como, a questão do Planejamento Setorial e sua articulação com os recursos hídricos  
433 deverão ser aprofundados pela CTPNRH, em 2008.

434

435

436

437

Sidnei Gusmão Agra  
Presidente da CTPNRH

Fabiano Chaves da Silva  
Relator da CTPNR

438